



728

**Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 272172-4

Embargante: ARIJACKSON DIAS DAVI E OUTROS

**Embargados: FILADELPHIA EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS LTDA. E
OUTROS**

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
ALEGADA OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO.
DESNECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO JULGADOR ACERCA
DE TODOS OS ARTIGOS DE LEI SUSCITADOS PELA PARTE.
MENÇÃO GENÉRICA À OBSCURIDADE E À CONTRADIÇÃO.
NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO NESSES PONTOS.
TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA.
IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO QUANTO À
OMISSÃO ALEGADA.**

1 - O Poder Judiciário não está obrigado a emitir expresse juízo de valor a respeito de todas as teses e artigos de lei invocados pelas partes, bastando para fundamentar o decidido fazer uso de argumentação adequada, ainda que não espelhe qualquer das teses invocadas pelas partes. (REsp 1.226.856/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 13/4/11)

2 - Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. (EDcl no AgRg no REsp 1332956/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 19/12/2012)



729

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **não conhecer** da contradição e obscuridade alegadas pelos recorrentes; e, à unanimidade, quanto à omissão alegada, **rejeitar** o recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife,


Des. José Fernandes de Lemos
Relator



730

**Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 272172-4
Embargante: ARIJACKSON DIAS DAVI E OUTROS
Embargados: FILADELPHIA EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS LTDA. E OUTROS
Relator: Des. José Fernandes de Lemos
5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

ARIJACKSON DIAS DAVI E OUTROS interpuseram agravo de instrumento contra decisão interlocutória que, nos autos da ação de rescisão contratual c/c reparação de danos materiais e morais - processo nº 18252-83.2012.8.17.0001 -, indeferiu o pedido de tutela antecipada requerido na petição inicial - de sustação dos descontos efetuados em folha de pagamento a título de empréstimo consignado.

Em decisão de fls. 253/260, sem a ouvida da parte contrária, concedeu-se liminar para restringir os descontos facultativos das folhas de pagamento dos agravantes ao percentual de 30% de sua remuneração. No julgamento definitivo do agravo de instrumento (acórdão às fls. 698-699), negou-se provimento a este, reformando-se a decisão interlocutória antes prolatada, para manter a decisão de primeiro grau agravada em todos os seus termos. Contra esse acórdão, opuseram os agravantes os presentes embargos declaratórios.

Em suas razões, aduziram os embargantes que, do confronto da decisão liminar com o acórdão prolatado, restaria claro que haveria omissão, obscuridade e contradição no julgamento desta 5ª Câmara Cível, por não ter realizado qualquer menção aos dispositivos das Leis nº 10.820/03 e 8.112/90. Afirmaram, ainda, que a jurisprudência do STJ seria pacífica quanto à posição de os descontos consignados em folha de pagamento não poderem ultrapassar o percentual de 30% da remuneração do servidor. No caso, os descontos nos contracheques dos recorrentes a título de



731

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

empréstimo efetuado com os bancos agravados seriam ilegais, por ultrapassarem aquele percentual. Ao final, requereram fossem conhecidos e acolhidos estes embargos, para, conferindo-se-lhes efeitos infringentes, dar provimento ao agravo de instrumento interposto.

É o relatório.

Recife,


Des. José Fernandes de Lemos
Relator



732

**Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 272172-4

Embargante: ARIJACKSON DIAS DAVI E OUTROS

**Embargados: FILADELPHIA EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS LTDA. E
OUTROS**

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

Opõem os embargantes o presente recurso argumentando ter incorrido o órgão julgador em omissão, pois este não se haveria pronunciado expressamente sobre dispositivos constantes das Leis nº 10.820/03 e 8.112/90, considerados violados. Aduzem, também, que teria existido contradição e obscuridade no acórdão impugnado, sem, no entanto, especificá-las. Mencionando-as genericamente, pretendem a reforma da decisão, para dar-se provimento ao agravo de instrumento interposto. Não assiste razão aos embargantes.

Os embargos de declaração constituem recurso de fundamentação vinculada, estando suas hipóteses de cabimento delimitadas taxativamente no art. 535 do CPC. Por meio daqueles, supre-se omissão, contradição e/ou obscuridade. Como é passível de ser conhecido de ofício, o erro material também pode ser alegado por esta via - e só.

A omissão suprível por meio dos embargos de declaração existe quando o tribunal deixa de apreciar questões *relevantes* para o julgamento, suscitadas por qualquer das partes ou examináveis de ofício. Não há dever de pronunciar-se sobre todos os argumentos aduzidos pela parte, a não ser que consubstancie cada um deles causa de pedir diversa.

Nessa ordem de ideias, tampouco existe necessidade de manifestação acerca dos artigos de lei suscitados pelos litigantes - mesmo



733

Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

porque isto poderia travar a razoável duração do processo. Não é outro o entendimento do STJ:

Poder Judiciário não está obrigado a emitir expresso juízo de valor a respeito de todas as teses e artigos de lei invocados pelas partes, bastando para fundamentar o decidido fazer uso de argumentação adequada, ainda que não espelhe qualquer das teses invocadas pelas partes. (REsp 1.226.856/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 13/4/11)

Por seu turno, quanto às alegadas obscuridade e contradição, suscitadas genericamente pelos embargantes, não se há de conhecê-las, justamente por não haverem apontado em que consistiriam. Em realidade, percebe-se que os recorrentes pretendem a rediscussão de matéria já decidida por este Órgão Julgador - coisa vedada em sede de embargos de declaração.

Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. (EDcl no AgRg no REsp 1332956/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 19/12/2012)

Com essas considerações, conheço dos embargos interpostos apenas quanto à omissão alegada e, nesse ponto, rejeito-os.

É como voto.

Recife,